

“A IGREJA NO TEMPO E EM CADA TEMPO”

CARTA PASTORAL DO CARDEAL-PATRIARCA

À IGREJA DE LISBOA

Introdução

1. Quando se completam trinta anos do meu ministério episcopal ao serviço da Igreja de Lisboa, os últimos dez como Patriarca, resolvi escrever-vos esta Carta, talvez inspirado pelo Apóstolo Paulo, de quem vamos celebrar os 2000 anos de nascimento e que escrevia frequentemente cartas às Igrejas nascidas do seu ministério apostólico. Nela, quero falar-vos da nossa Igreja diocesana, como eu a vejo, como eu a desejo, como eu a amo, na firme certeza de que é o Senhor, através do Seu Espírito, quem a ama e constrói, através do nosso ministério e da fidelidade de todos os cristãos.

Porque estamos já em ambiente do “Ano Paulino”, permiti que vos saúde como Paulo saudava as Igrejas no início das suas Cartas: “Paulo, Apóstolo de Jesus Cristo pela vontade de Deus, e o irmão Timóteo, à Igreja de Deus, que está em Corinto, e também a todos os cristãos que se encontram por toda a Acaia. A graça e a paz vos sejam dadas da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo” (2Co. 1, 1-2). E como Paulo saúda os cristãos de Corinto também em nome de Timóteo, seu colaborador, muito estimado por aquela comunidade, saúdo-vos também em nome dos Senhores Bispos Auxiliares, que comigo exercem o ministério episcopal, para bem desta Igreja. Saudamos todos os sacerdotes, os diáconos, os religiosos e religiosas, os cristãos leigos, espalhados nesta vasta Diocese, de Lisboa a Alcobaça, da Azambuja a Torres Vedras, de Cascais à Nazaré. Saúdo com particular ternura as famílias, as crianças, os jovens, os doentes e todos aqueles que sofrem bem como os que chegaram ao ocaso da vida, que dão testemunho de coragem e de esperança. Saúdo, as nossas irmãs mulheres, que são chamadas a ser, na Igreja, a expressão da principal novidade do Evangelho: a primazia absoluta do amor sobre a lógica das situações e das conveniências.

O Concílio Vaticano II também aconteceu para nós

2. Iniciei o meu ministério sacerdotal nesta Diocese, pelas mãos do saudoso Cardeal Cerejeira, em pleno entusiasmo da renovação conciliar. Havia dois anos, o Papa João XXIII surpreendera a Igreja com a convocação de um Concílio Ecuménico. Eram passados quase cem anos do encerramento precipitado do último, interrompido bruscamente pelas mutações sociais e políticas em Roma e em toda a Itália. Na Basílica de São Paulo fora de Muros, no dia 25 de Janeiro de 1959, Festa da Conversão de São Paulo, o Papa explicou as razões da sua decisão: o mundo mudou; a Igreja, para continuar a ser fiel à sua missão de enviada ao mundo, como mensageira da salvação, precisa de mudar, de se adaptar às exigências dessa missão. O desafio à mudança aparece como exigência da fidelidade da Igreja. “Aggiornamento”, o pôr-se em dia para a missão, tornou-se a palavra de ordem.

Foi uma ousadia corajosa convidar a Igreja à mudança. Mas, afinal, a Igreja também pode mudar? Tanto na Igreja, como na sociedade, quando os acontecimentos marcantes convidam à mudança, desencadeiam-se processos históricos incontornáveis: uns querem mudar rapidamente aquilo com que não concordam, e lançam-se em aventuras

de cariz revolucionário, do mudar por mudar, em que a mudança é a única coisa que interessa; outros procuram generosamente intuir o futuro das instituições, redescobrir a sua verdade profunda, porque está em questão o futuro do homem e da humanidade.

Isto também aconteceu na Igreja. Enquanto a Assembleia Conciliar rezava e trabalhava para perceber, à luz da Fé e da Tradição, esse novo rosto da Igreja, preparada para a missão, para ser enviada de novo, muitos, por toda a parte, entusiasmados com esse ambiente de mudança, lançaram-se numa “euforia conciliar”, em que era legítimo tudo mudar em nome do Concílio, talvez sem nunca terem escutado os ensinamentos conciliares, esse monumento, belo e harmonioso, de doutrina e desafios pastorais, dos mais notáveis que a Igreja produziu em toda a sua história.

Este duplo dinamismo, melhor, esta maneira diferente de entender o convite à mudança, está ainda hoje na origem de muitos problemas na Igreja. Os que não perceberam que a mudança era exigida pela fidelidade à missão, que é manifestação de fé na Igreja e no Espírito que a conduz, quiseram mudar por mudar, ao sabor de visões subjectivas e provocaram tensões, e levaram outros à tentação de regressar aos tempos antes do Concílio, como se todo ele tivesse sido uma aventura. Por outro lado, a Igreja, conduzida pelos seus pastores, à cabeça dos quais está o Sucessor de Pedro, procuraram, bebendo na verdadeira fonte os ensinamentos conciliares, conduzir a Igreja à necessária e sólida mudança para a missão.

3. Todos estes ventos conciliares agitaram, também, a Igreja de Lisboa. Senti-os na carne, porque vivi, durante meio século, esta busca da fidelidade em tempos de mudança, na Igreja e na sociedade. Esta acelerou o ritmo das mudanças e a essa aceleração da mudança a Igreja não pode responder caso a caso, sector a sector. A Igreja não muda porque o mundo muda; a Igreja muda para poder ser mensageira da esperança num mundo em mudança. Este não lhe é indiferente, pode mesmo sugerir-lhe, no ritmo alucinante da aventura humana, sinais para a adaptação da Igreja à sua missão. Foi o desafio lançado a toda a Igreja pelo Concílio, saber discernir, na actual aventura humana, “sinais dos tempos”, sugestões à mudança na Igreja, exigida pela missão.

Quero dizer claramente à Igreja de Lisboa que não mudamos por mudar, mas que protagonizaremos e apoiaremos todas as mudanças, compatíveis com a fé que recebemos dos Apóstolos, e que sejam exigidas pela missão, pelo serviço da Igreja à sociedade, em nome de Jesus Cristo. Não vemos que o caminho sugerido pelo Espírito seja, em nenhum aspecto, um regresso ao antes do Concílio, mas sim continuar a aprofundar os seus ensinamentos, completados e iluminados pelo Magistério posterior, para sermos fiéis, hoje, à renovação exigida à Igreja pela complexidade do mundo. A intuição de João XXIII, em 1959, ao convocar o Concílio, mantém uma actualidade impressionante: o mundo mudou, continua a mudar, e a Igreja precisa de estar atenta às mudanças dentro dela própria, sugerida pela sua missão no mundo. A Igreja não copia as mudanças do mundo, por vezes tem mesmo de denunciá-las: só a sua verdade interna e o imperativo da sua missão a podem fazer mudar.

O mundo mudou

4. A mudança do mundo a que João XXIII foi sensível aprofundou-se e acelerou. A **Gaudium et Spes** assumiu-o claramente: “verificam-se transformações profundas nos nossos dias, nas estruturas e nas instituições dos povos, que acompanham a sua evolução cultural, económica e social” (G.S. nº 73). Meio século depois, os efeitos da mudança contínua alteraram o rosto da comunidade humana, mudaram os valores das civilizações e traçaram um novo

quadro para o sentido da vida, individual e colectiva. E os cristãos não ficaram imunes a esta transformação. Mudaram ao ritmo da sociedade, encontrando, em geral, a chave da interpretação da vida e da história na mudança da sociedade e não no Evangelho e na fé como fonte de uma compreensão global da existência. Tudo isto levou progressivamente a uma ruptura entre a religiosidade praticada e o sentido ético que inspira os comportamentos pessoais e fornece os critérios da busca do sentido, do discernimento dos acontecimentos e da história. A Igreja, pela mudança global e pela mudança interna com critérios culturais profanos, foi perdendo espaço na sociedade como principal fonte inspiradora de valores da humanidade. Ao contrário, a sua palavra e doutrina é frequentemente vista com desconfiança ou mesmo rejeitada por uma sociedade que considera ter encontrado a sua autonomia na construção da verdade.

Neste quadro, de pouco servem à Igreja, na realização da sua missão no mundo, lutas frontais com poderes estabelecidos ou outras compreensões estruturadas da sociedade. Tais reacções da Igreja não estão isentas do que resta de uma lógica de poder na sociedade. Ela não pode cruzar os braços e renunciar à sua mensagem, mas deve fazê-lo por outro caminho: o da fidelidade interna a Jesus Cristo e ao Seu Evangelho e o do serviço à sociedade, à pessoa humana, suscitando pelo amor e pelo serviço, as sementes de esperança que ainda não morreram no coração dos homens. A autenticidade do seu serviço à humanidade deve impor-se por si, e não por mera lógica de poder.

A mutação cultural

5. Todas estas profundas alterações na comunidade humana se repercutem na cultura, concebida esta como sabedoria, isto é, como quadro de princípios e de intuições, que se constrói, não no plano de cada indivíduo, mas ao nível das comunidades, e que inspira espontaneamente a evolução das sociedades e o exercício individual da liberdade. É um erro considerar a fé cristã como uma atitude estritamente individual. Quer no seu dinamismo interno, quer na sua missão no mundo, a Igreja situa-se necessariamente num quadro cultural. Há uma relação inevitável entre cristianismo e cultura: a experiência cristã veicula uma antropologia, propõe uma vivência humana que acentua valores fundamentais de humanidade, constitutivos da cultura. Esta é a experiência de 2000 anos: a fé cristã transformou-se em cultura, encontrou convergências entre os seus valores e os de outras culturas, foi elemento importante de mutação cultural, porque as culturas podem mudar ao ritmo da mutação das sociedades.

Na acelerada mutação cultural do nosso tempo, a Igreja pode ser vítima ou interveniente activo, se não permanecer numa atitude fixista e intransigente sobre a cultura, mas lutar conscientemente pela presença da dimensão cristã na evolução da cultura que hoje se processa e se decide ao nível do todo da sociedade, cada vez mais plural e mais interdependente de outras culturas, em horizonte global. Sem descurar a importância do diálogo inter-cultural e da participação no debate cultural, é sobretudo através da autenticidade do testemunho cristão das opções de vida, em tudo, mas sobretudo acerca das grandes questões hoje em debate, que a Igreja se torna elemento activo e interveniente no processo dinâmico da evolução cultural. Sem a radicalidade evangélica autêntica da vida, a Igreja será, sobretudo, vítima da mutação cultural. Só isso lhe dará autoridade para, no inevitável debate cultural, afirmar a diferença de modo a interpelar e rasgar novos horizontes de esperança.

As grandes questões em debate na mutação cultural

6. Verifica-se que as grandes questões em debate na evolução cultural dos últimos dois séculos, sobretudo no Ocidente, são aquelas em que a Igreja marcou a sua influência cultural, o que faz aparecer as alterações culturais

como uma luta contra a Igreja e a sua marca decisiva na cultura. Não nego que por vezes o tenha sido, mas é também preciso reconhecer que muitas vezes a Igreja lidou mal com a evolução cultural.

Essas grandes questões andam à volta do homem e da sua dignidade, da sua relação com Deus, da autonomia da sua razão como caminho de verdade, do carácter absoluto da sua liberdade, em todas as suas expressões. Ao desenvolver os direitos da liberdade, caiu-se numa dimensão individualista do homem, relativizando a sua inevitável dimensão dialogal e comunitária, único quadro em que se podem compatibilizar liberdade e responsabilidade para com os outros.

A esse triunfalismo da razão, única fonte da verdade, chamou-se modernidade, o que levou à alteração da maneira de compreender e assumir a relação do homem com Deus. Este começou por ser combatido e negado, em nome da autonomia do homem e acabou por ser circunscrito a um espaço de inutilidade, porque não decisivamente interveniente na vida do homem e da sua história. Este Deus "inútil" daqueles que, mesmo admitindo que Ele existe, vivem como se não existisse, é um estádio da evolução cultural mais grave do que o ateísmo racional e militante.

Retirado Deus da vida do homem, em termos culturais, este ficou dependente de si mesmo, da sua inteligência, da sua liberdade, da sua criatividade e perdeu algo de muito importante na auto-compreensão de si mesmo, que é a consciência da sua precariedade e incapacidade. O poder do homem não é absoluto, no seu coração coexistem o desejo do bem e a inclinação para o mal e para vencer o mal e realizar o bem que deseja, o homem precisa da força do Alto e da ajuda dos irmãos, em comunidade.

Quando o homem rejeitou a exigência de viver a sua vida com Deus, sem medo de que Este lhe atrofie a razão e diminua a liberdade, perdeu, pouco a pouco, o horizonte de transcendência e de eternidade da sua própria existência. A vida neste mundo valer por si, vale o que vale, mas não é concebida como um aprender a saborear a beleza e a plenitude da vida.

A absolutização da liberdade individual levou ao relativismo ético. Cada um decide a orientação da sua vida, o que é bem e o que é mal, progressivamente insensível aos valores de uma cultura comunitária. A chamada "post-modernidade", afirmação radical da perspectiva individual no domínio ético e da precariedade do presente, deixou de ser cultura e transformou-se em anti-cultura.

A maneira de estar da Igreja na mutação cultural

7. Antes de mais, a Igreja tem de assumir claramente que não coincide com a sociedade, embora, entre nós, o elevado número de baptizados não praticantes ou, porventura, não crentes, possa ainda alimentar essa confusão. Isso não deve levar os cristãos a relativizar a sua pertença à sociedade e a empenhar-se, com todos os outros, na construção de uma sociedade mais digna do homem, reconhecendo-se como força significativa de humanização da sociedade. Os cristãos são membros de duas cidades, o Povo de Deus e a Cidade dos homens, cuja densidade se cruza na busca da transformação da sociedade.

Só porque a sociedade não se identifica com a Igreja, esta não pode ser condenada no seu todo; deve aprender-se a reconhecer os caminhos de bem, objecto das mais nobres lutas da humanidade: a busca da paz, a procura da justiça, a afirmação da dignidade do homem, a defesa da vida humana, a solidariedade como expressão da convivência fraterna, a defesa da natureza. São tomadas de consciência colectiva, sinal positivo da evolução da cultura, com as quais a Igreja se identifica e em cuja luta pode participar, acrescentando-lhe, porventura, como contributo

específico, a radicalidade do Evangelho e de toda a Palavra de Deus. Este quadro de valores constitui um “universal humano” que se tem vindo a afirmar na própria evolução da humanidade, o melhor fruto da transformação cultural, e que a Igreja assume como expressões do seu universo ético. Eles não são, necessariamente, valores religiosos, mas valores humanos que o cristianismo sempre propôs e cultivou.

Esta visão clara do rosto positivo da sociedade levará a Igreja a ter uma consciência clara de dinamismos e realidades que na sociedade contemporânea são contra o homem: a violência e a guerra escolhidos conscientemente como caminhos para alcançar certos objectivos; os egoísmos e a primazia do lucro nos processos de desenvolvimento económico; a relativização da consciência moral; o relativismo da verdade; a alteração dos modelos de felicidade, marcada pelo hedonismo, o consumismo e a incapacidade de integrar as dificuldades e o sofrimento.

Porque não coincide com a sociedade, a Igreja tem de aprender a viver numa sociedade que não se identifica com ela. A Igreja deve anunciar a esperança e marcar a diferença pela maneira como vive. Ela não domina a sociedade, mas acredita que pode ajudar a transformá-la. Não pode esquecer que as sociedades democráticas e pluralistas, como a nossa, se organizam a partir da evolução cultural que descrevemos.

A Igreja deve afirmar-se pela força do seu testemunho e pela qualidade do seu serviço. É através da Igreja que resplandece, para toda a sociedade, a verdade do Evangelho e do Senhor Jesus Cristo como resposta para todas as buscas e inquietações do homem. Homem divino ou Deus humanizado, Cristo é o testemunho vivo de que o homem não encontrará a plenitude sem Deus e de que Ele é um Deus connosco, a caminhar connosco na luta da vida. A Igreja deve ser o testemunho vivo de que Deus não ofusca a grandeza e a dignidade do homem, não diminui a sua liberdade, nem põe em questão o seu direito de procurar a verdade. A vivência cristã autêntica testemunha que só com a força de Deus o homem pode desenvolver todas as suas capacidades de busca da verdade, de exercício da sua liberdade, de construção da sua felicidade, porque em Jesus Cristo Deus manifestou-Se como aliado do homem, com um amor infinito.

O natural e o sobrenatural

8. Com a negação ou relativização de Deus na vida, na busca da verdade e no exercício da liberdade, o homem fica reduzido às suas capacidades naturais. Da evolução cultural já descrita, faz parte uma euforia por tudo o que é capacidade da natureza, aliás melhor conhecida através do progresso da ciência. Tudo o que é natural é bom e, portanto, legítimo.

É um facto que a natureza é bela, dotada de capacidades maravilhosas. À luz da nossa fé em Deus criador, essa beleza da natureza é indesligável da maravilha de Deus. Toda a natureza, em nós e à nossa volta, proclama as maravilhas de Deus criador. Só Ele, agindo connosco, nos pode ajudar a levar à plenitude todas essas capacidades naturais.

Mas é também um facto que a natureza ficou ferida pelo pecado do homem, mais uma manifestação da unidade profunda entre o homem e a criação, para o bem e para o mal. E nesse quadro de desvio e de decadência, só com a graça redentora de Jesus Cristo o homem pode viver plenamente os dons naturais de que foi dotado por Deus criador. Este ensinamento é já claro na Carta do Apóstolo Paulo aos Romanos: “A criação também será liberta da escravidão da corrupção para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus” (Rom. 8,21). A compreensão da existência cristã é essa: só com a acção do Espírito de Jesus ressuscitado, o homem pode viver plenamente as suas

capacidades naturais, de amar, de criar e construir, de buscar a verdade, de viver o presente, sabendo que está já a construir o futuro, pleno e definitivo. Ser discípulo de Cristo é viver com Ele, pôr em prática, momento a momento, esta interacção de Deus e do homem na realização da vida e da felicidade. É por isso que a Igreja, na sua acção pastoral, dá uma prioridade absoluta a esta intervenção de Deus na nossa vida, dons sobrenaturais que levam à plenitude dos dons naturais.

Esta complementaridade entre a ordem natural e a sobrenatural está a desaparecer da cultura envolvente, mesmo entre alguns cristãos. Esquecemos a afirmação de Cristo: sem Mim nada podereis (cf. Jo. 15,5). A abertura à acção de Deus, na vida pessoal e comunitária, é componente essencial de uma cultura cristã. Desconhecê-la ou desvalorizá-la é introduzir na visão cristã do homem elementos da cultura profana.

A Igreja também mudou

9. Neste meio século decorrido depois do Concílio Vaticano II, a Igreja também mudou. Trata-se de saber se mudou bem e se mudou o suficiente, naquilo que era exigido pelo exercício da sua missão neste mundo em mudança acelerada.

As grandes transformações no rosto visível da Igreja têm a sua origem no espírito de renovação proposto pelo Concílio, cuja visão da Igreja, embora tendo em conta as características e os problemas do mundo contemporâneos, se inspira especialmente na Igreja apostólica e do primeiro milénio do cristianismo. A modernidade levou a Igreja a um regresso às fontes, sugerindo assim o caminho a seguir para se transformar para a missão. Só regressando ao seu mistério a Igreja encontrará a forma, a força e a linguagem para anunciar ao mundo de hoje, o Evangelho da esperança. A inculturação, na Igreja, não pode significar, para ela, a perda do seu mistério, do vigor da sua fé, valores que a cultura secularizada perdeu. Inculturação só pode significar melhor conhecimento dos homens aos quais anuncia a salvação, esforço de proximidade amorosa, sem o qual a Igreja se distancia inevitavelmente.

Mas houve mudanças na Igreja que significaram cedência ao espírito do mundo. Adoptar, para estar próxima dos homens, os critérios do mundo é, para a Igreja, o caminho menos indicado para mudar ao ritmo das exigências da missão. E a sociedade pressiona-a continuamente a mudanças segundo as exigências da cultura secularizada: casamento dos padres, ordenação de mulheres, aceitação de segundos casamentos, etc. E há, hoje, dentro da Igreja, vozes a exigir essas e outras mudanças, sob pressão da cultura envolvente. Essas ou outras grandes mudanças só poderiam acontecer na Igreja, ao ritmo do Espírito, porque o Senhor, que dirige a Igreja, a desafiava a mudar para anunciar melhor a mensagem de salvação. Em tudo, mesmo na mudança, a Igreja é chamada a agir com critérios de fé, ouvindo a Palavra de Deus, escutando o Magistério e fiel à Tradição contínua da Igreja ao longo de 2000 anos de confronto com as mais variadas situações humanas.

Mas esta rejeição da mudança por motivações profanas da cultura envolvente, não deve significar, para a Igreja, a recusa de toda e qualquer mudança. Ela é exigida pela natureza da sua missão, foi sugerida pelo Concílio Vaticano II, continuamente lembrada pelos Papas de então para cá. A Igreja de Lisboa tem o direito de escutar do seu Pastor orientações claras dos caminhos da missão, nestes tempos exigentes para a sociedade e para a própria Igreja.

Prioridade clara aos meios sobrenaturais da graça

10. A Igreja é um Povo de crentes. Pertencem a ela aqueles e aquelas que acreditam em Cristo morto e ressuscitado, se uniram a Ele e com Ele querem viver a vida. A fé é a atitude constitutiva da Igreja, por ela nos deixamos possuir por Jesus Cristo, acreditando que Ele nos enriquece continuamente com a força transformadora do Seu Espírito, que nos fez renascer e nos faz viver a vida nova. Todo o dinamismo da Igreja, de mudança e transformação, de anúncio e de evangelização, de caridade fraterna, de comportamentos dignos de Jesus Cristo, de diálogo e convivência com toda a sociedade, tem a sua motivação na fé, só pode ser inspirado pela fé.

A acção transformadora do Espírito realiza-se, na Igreja, através do seu poder sacramental, ou seja, a capacidade que lhe foi dada por Jesus Cristo de, através da sua acção, realizar o poder transformador do próprio Deus. Na Igreja os instrumentos da acção do Espírito são a Palavra de Deus, continuamente proclamada; os sete sacramentos; os sacramentais. A esta acção de Deus, a Igreja e cada cristão respondem adorando e vivendo segundo a vontade do Senhor, dando glória a Deus em tudo o que são e fazem.

Para responder a uma cultura imanentista, em que o homem decide o seu caminho e conta só com as forças humanas, pessoais e sociais, a nossa acção pastoral tem de dar prioridade a estes meios da graça, em que nos abrimos à acção de Deus em nós. Fazê-lo é acreditar que a renovação da Igreja que procuramos e à qual dedicámos as nossas vidas, não é o efeito da nossa acção humana, mas obra maravilhosa de Deus, que ama e conduz o Seu Povo.

Esta prioridade pastoral aos meios sobrenaturais da graça exige, porventura, correcções de rota. Foram, sobretudo, elementos da cultura ambiente que influenciaram as alterações na prática sacramental. Para além do abandono dos sacramentos, mesmo na maneira de os celebrar introduziram-se elementos humanos, que não ajudam a vivê-los como momentos da acção de Deus em nós, e lhe enfraquecem a densidade sobrenatural do encontro do homem com Deus.

A Palavra de Deus

10. Não sendo um dos sete sinais sacramentais, a Palavra de Deus, sobretudo a Palavra inspirada da Escritura, continuamente proclamada pela Igreja, tem dinamismo sacramental. É um meio humano através do qual podemos escutar a Palavra do Deus vivo. É maravilhosa a intimidade que se gera entre nós e Deus quando escutamos a Sua Palavra.

O inquérito feito à Diocese, preparatório do próximo Sínodo dos Bispos, que terá como tema "A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja", dá-nos indicadores preocupantes. Embora muitos cristãos declarem ter a Bíblia em casa, são poucos os que a lêem frequentemente; na Liturgia a proclamação da Palavra é uma parte do rito, e nem sempre tem a densidade de uma escuta do Senhor. Porque a fé é uma adesão confiante a Deus que Se nos revela, o não escutar a Palavra viva de Deus compromete toda a autenticidade cristã. A escuta da Palavra é a experiência que torna possível tudo: a celebração dos sacramentos, a fidelidade de viver segundo os mandamentos de Deus, a busca da oração e da adoração, a sinceridade do anúncio do Evangelho, a força para viver profundamente em união com Jesus Cristo.

O Sínodo dos Bispos e o Ano Paulino convidam-nos a cuidar desta escuta da Palavra. Que quem a proclama na Liturgia procure primeiro escutá-la pessoalmente; que os diversos itinerários de catequese sejam conduzidos pela Palavra; que quem se prepara para os sacramentos, o faça escutando a Palavra do Senhor. Ajudemos os doentes a

escutá-la, pois a doença é uma circunstância em que o Senhor tem muito para nos dizer, se nós aprendermos a escutá-lo. A Palavra é o princípio de uma intimidade a construir, e prepara-nos para desejar a acção de Deus em nós através dos sacramentos.

Os sacramentos da iniciação cristã

12. Para sublinhar e promover esta dimensão sobrenatural da vida cristã, a Igreja deve, na sua acção pastoral, redescobrir o ritmo da iniciação cristã e dos três sacramentos que a objectivam como descoberta de Jesus Cristo: o Baptismo, a Confirmação, a Eucaristia.

Chama-se iniciação cristã ao início da vida da fé. É aquele “nascer de novo” de que fala Jesus a Nicodemos (cf. Jo. 3,3). É início, não apenas no sentido temporal do termo, mas porque significa a tal mudança radical, em que ao nosso desejo e disposição de vontade, corresponde a acção de Deus em nós, enriquecendo-nos com uma nova capacidade vital de viver a nossa vida, seguindo e imitando Jesus Cristo. Nós queremos, e Deus torna possível a realização da nossa decisão, que Deus também quer, porque a nossa vontade é fruto de uma vocação, de um chamamento do Senhor. Esta nova capacidade sobrenatural é-nos conferida pelos três sacramentos da iniciação: no Baptismo, Deus identifica-nos com o Seu Filho Jesus Cristo, numa união para a vida e para a morte; na Confirmação, confere-nos o Espírito Santo, experiência pessoal de Jesus que encontrava no facto de Se saber amado por Deus a força para a missão que o Pai Lhe confiou; na Eucaristia, participamos no acto decisivo de Jesus Cristo, a Sua morte e ressurreição e descobrimo-nos membros da Igreja, Povo sacerdotal, que louva a Santíssima Trindade em uníssono com Jesus Cristo, o verdadeiro adorador de quem brota o louvor perfeito.

Toda a caminhada da iniciação cristã é dinamizada pela fé. Esta é uma atitude decisiva na vida cristã, e sendo atitude humana, é dom de Deus. Se desejamos acreditar, Deus dá-nos a força para acreditar, porque nos atrai, nos ensina e nos ama. Os três sacramentos, sem a fé, não fazem a iniciação cristã, porque toda a acção de Deus supõe a procura do homem.

13. Na nossa Diocese, é urgente redescobrir este dinamismo da iniciação cristã. Muitos dos nossos cristãos baptizados nunca percorreram esse caminho que é início de uma vida nova. Muitos nem sequer se confirmaram, não celebram a Eucaristia e os actos religiosos que ainda procuram têm outras motivações e não o desejo de fidelidade a viver com Cristo, a vida nova segundo o Espírito. A sua fé é expressão de religiosidade, mas não é decisão firme e apaixonada por Jesus Cristo. O verdadeiro encontro pessoal com Jesus Cristo ressuscitado ainda não se deu, de modo a mudar o rumo da sua vida, como aconteceu a Saulo de Tarso na Estrada de Damasco.

Esta poderá a ser a grande revolução da nossa Igreja diocesana: encontrar caminhos novos, inventivos e, porventura, ousados, de anunciar Jesus Cristo aos que nunca se encontraram com Ele e fazer com eles, com o ritmo sugerido pelas suas vidas, essa caminhada fundamental de enraizamento em Jesus Cristo e na Sua Igreja. Este caminho pode concretizar-se em iniciativas pastorais já em curso: catequese de adultos, catecumenado para os adultos não baptizados, preparação séria para os sacramentos, como a Confirmação e o Matrimónio, os pais e padrinhos dos bebés que vão baptizar-se, Movimentos que valorizam o ritmo catecumenal na sua proposta de evangelização, etc. Mas é possível inventar caminhos novos. Em todos eles é preciso valorizar o anúncio querigmático de Cristo, nosso Redentor, aquele primeiro anúncio que desencadeia a opção da fé e muda radicalmente a perspectiva da vida. Muitas

das crianças que frequentam as nossas catequeses, a grande maioria dos jovens, muitos adultos que ainda se apresentam como cristãos, precisam desse primeiro anúncio, prévio à caminhada de iniciação cristã. E este é, sobretudo, testemunhal, feito por aqueles que encontraram o Senhor e decidiram segui-’O, fortalecidos com a graça de Deus através dos sacramentos. Quanto menos forem os cristãos verdadeiramente possuídos por Jesus Cristo, menos serão os que O podem anunciar. Poucos ou muitos, é preciso fortalecer neles o desejo de anunciar, a tempo e a contratempo.

Na nossa Diocese estão já a ser preparados alguns documentos que ajudarão a aprofundar os caminhos da iniciação cristã. Desde há muito pedidas, estão em preparação as Normas Pastorais para a celebração dos Sacramentos e Sacramentais. A primeira parte deste documento sobre os sacramentos da iniciação cristã, está pronta e dada a sua urgência, será já publicada. Faz parte de um documento global que, assim o esperamos, estará pronto durante o próximo Ano Pastoral. É mais do que um resumo das normas canónicas, claramente expressas no Código de Direito Canónico e nos diversos Rituais. Pretende-se, isso sim, aplicar essas Normas no contexto de uma criatividade pastoral, na verdade teologal que elas supõem, assumindo-as, não como preceitos frios, mas como garantias da qualidade dinâmica de um processo de crescimento da fé e da identificação com Cristo.

O nosso Departamento da Evangelização tem em preparação alguns instrumentos de trabalho, na linha do aprofundamento dos caminhos da iniciação cristã, particularmente o ritmo da caminhada catecumenal dos adultos que se preparam para os sacramentos da iniciação cristã.

A Liturgia como vivência e expressão do mistério de Cristo

14. A Liturgia é sempre a celebração, pela comunidade dos crentes, do mistério de Cristo Redentor. Ela deve exprimir esse mistério e envolver os participantes no seu carácter sagrado. O Santo Padre Bento XVI, na Carta que dirigiu aos Bispos de todo o mundo a propósito do Motu Próprio “Summorum Pontificum Cura”, que define as condições em que se poderá celebrar a Sagrada Liturgia pelo Missal e Rituais anteriores à Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II, aponta como motivação para esse regressar aos antigos textos litúrgicos, os cristãos sentirem neles mais afirmada a sacralidade e o carácter transcendente do mistério que se celebra, e considera que isto pode alertar-nos para a maneira de celebrar a Liturgia segundo os actuais textos oficiais, também eles capazes e preparados para transmitir esse carácter sagrado dos sagrados mistérios.

Este é um desejo que não pode deixar de nos interpelar e levar-nos a não abrandar o esforço pela renovação da Liturgia. Identificamos facilmente aqueles elementos que empobrecem algumas das nossas celebrações, tornando-as demasiadamente acção humana e ofuscando o carácter de acção de Deus a favor do Seu Povo: má proclamação da Palavra de Deus; demasiados discursos durante a celebração, abundância de palavra humana que ofusca a Palavra de Deus; isto inclui, por vezes, a própria homilia, destinada a ajudar a escutar a Palavra do Deus vivo e a descobrir os caminhos de resposta, na fidelidade; má qualidade e a falta de mensagem religiosa dos cânticos, que deveriam ser uma expressão da oração e do louvor; a ausência quase total de silêncios; o exagero de gestos simbólicos de má qualidade, como é o caso de certos ofertórios; a introdução de textos profanos durante a própria acção litúrgica. Que os sacerdotes tenham consciência que aquele que preside à celebração é o principal responsável da sua qualidade.

15. A Liturgia é a oração da comunidade e, por isso mesmo, a principal escola de oração pessoal. Um dos elementos que nos permite aferir da qualidade da Liturgia que celebramos é verificar se ela é, em si mesma, momento de oração comunitária e se motiva os cristãos para a prática da oração pessoal. Uma Igreja onde os cristãos não rezam, não é a Igreja que Deus quer e torna-se incapaz de ser sinal de esperança no mundo de hoje. O Espírito fez surgir na Igreja de hoje um conjunto de dinamismos e movimentos que têm como carisma próprio a iniciação á oração e a prática da oração. É preciso garantir nessas pedagogias da oração a relação fundamental entre a oração pessoal e a oração litúrgica comunitária e de ambas com a Palavra de Deus.

Das tradicionais formas de oração pessoal a que melhor garante a relação entre a oração pessoal e a oração litúrgica comunitária é a adoração, sobretudo a adoração do Santíssimo Sacramento. Forma sacramental da presença real de Cristo vivo, ela prolonga a celebração eucarística, onde o Senhor se tornou realmente presente sob as espécies do pão e do vinho. Adorá-l'O é expressão espontânea da nossa fé na Sua presença real.

A adoração eucarística tem uma longa tradição na piedade do povo português. Ao ter caído em desuso ou diminuído em intensidade não foi, certamente, um resultado positivo da Reforma Litúrgica. Não hesitemos: a adoração eucarística ensina as pessoas e as comunidades a bem celebrarem a Eucaristia. É a forma de oração onde a dimensão pessoal e comunitária se cruzam espontaneamente.

A Igreja é o Povo de Deus

16. Esta foi uma das riquezas doutrinárias do Concílio Vaticano II: retomar a compreensão da Igreja da época apostólica e dos primeiros séculos como o "novo Povo de Deus", povo escolhido e adquirido por alto preço, o sangue de Cristo. Este Povo participa de todas as dimensões da missão de Jesus Cristo: é um Povo de profetas, é um Povo sacerdotal e participa da realeza de Jesus Cristo. Todos os seus membros, leigos, religiosos e sacerdotes, os "fiéis em Cristo", estão revestidos da mesma dignidade fundamental e partilham a responsabilidade da missão. A Igreja, Povo de Deus, é o verdadeiro sujeito da missão, foi a ela que o Senhor enviou a anunciar o Evangelho a toda a criatura.

Esta visão da Igreja, um pouco esquecida pelas vicissitudes históricas da mesma Igreja, vem corrigir um rosto demasiadamente clerical da Igreja, sobretudo em termos de missão. Houve um longo período em que a vitalidade da Igreja, da sua missão e da sua estrutura interna, se ficou muito a dever ao serviço dos sacerdotes, seculares e religiosos, o que acabou por relativizar a participação dos outros membros da Igreja na estrutura interna e na missão. Quem via a Igreja de fora, sobretudo os seus inimigos, via a Igreja como assunto de padres e de bispos. Ainda hoje é frequente ver na linguagem da comunicação social a identificação da Igreja com os bispos e os padres. O anti-clericalismo foi também uma reacção contra um rosto clerical da Igreja.

É preciso reconhecer que, na sequência do Concílio, muita coisa mudou. Hoje é preciso andar distraído ou não conhecer a Igreja para a identificar com o clero. A Acção Católica e outros Movimentos laicais tornaram a Igreja visível e activa no seio da sociedade através dos seus membros leigos. E mesmo na missão interna da Igreja os leigos ganharam uma preponderância crescente: basta pensar na catequese, no ensino da religião nas escolas, nas estruturas sociais de vivência da caridade, nos movimentos de espiritualidade, na participação activa na Liturgia. Será isso suficiente para construir o modelo de Igreja protagonizado pelo Concílio? É que não se trata apenas de os leigos fazerem aquilo que faziam os sacerdotes e tantas vezes à maneira deles. Trata-se de uma fisionomia nova do rosto da Igreja, que supõe, disse Bento XVI aos Bispos Portugueses, uma contínua mudança de mentalidade.

Neste aspecto há, também para a Igreja de Lisboa, um caminho a percorrer. E se isso depende dos sacerdotes na forma de exercerem o seu ministério de pastores, depende também dos cristãos leigos, na medida da sua capacidade, tomarem iniciativas e levarem-nas por diante, em comunhão com toda a Igreja, a que preside o Bispo diocesano, unido aos seus presbíteros. Enquanto os leigos só fizerem aquilo que os sacerdotes mandam e nada fizerem sem o Senhor Prior dizer como é, pouco se avança na desclericalização da Igreja. Penso no vasto campo da presença da Igreja no seio das realidades terrestres, da interpretação e busca de sentido dessas realidades, campo próprio das iniciativas apostólicas dos leigos. Mas também na estrutura interna da Igreja e na criatividade da sua missão é preciso continuar a valorizar o carisma laical, através da corresponsabilidade e da construção da comunhão.

A comunhão deve ser o rosto visível da Igreja

17. A Igreja concebida como um Povo, exige que a comunhão seja o seu rosto visível. "Vede como eles se amam" (Tertuliano, Apol. 39,9), deveria continuar a ser a reacção de quem olha a Igreja de fora, como o foi nos primeiros séculos. A comunhão põe no centro o amor-caridade, exige uma primazia absoluta da caridade. E a caridade não é, nem natural, nem espontânea. É dom de Deus, acção do Espírito Santo na Igreja e no coração de cada cristão. Conhecemos bem as expressões naturais do amor, fruto das capacidades da natureza e conhecemos também as suas fragilidades e precariedade. Só a vivência sobrenatural da graça leva os cristãos a transformar todo o amor em caridade e a amar aqueles que nenhuma força humana nos levaria a amar: os nossos inimigos, os que dizem mal de nós, os mais marginalizados da sociedade. A Igreja só é a "casa da comunhão", porque é o "Templo do Espírito Santo".

A caridade é o grande desafio para a vida interna da Igreja. A sua primeira expressão é o amor a Deus e ao Seu Filho Jesus Cristo, o que nos levará a amar todos os homens como nossos irmãos. É a caridade que nos leva a anunciar o amor, Evangelho da vida, a respeitar as diferenças, a escutar os que pensam de maneira diferente de nós, a perdoar os que nos ofendem, a considerar os dons dos outros complementares dos nossos próprios dons. Sem a caridade, a Igreja torna-se um simples fenómeno de convivência humana, com as fragilidades e limites de toda a convivência humana.

Nesta vivência da caridade, a Igreja dará prioridade aos mais pobres, aos mais frágeis da sociedade. Desde a publicação do nosso **Plano de Acção Pastoral**, há trinta anos, que a Igreja de Lisboa elegeu como uma das suas opções fundamentais a **opção pelos pobres**. Esta opção não pode ser teórica, exige que se conheça, em cada tempo, a realidade da pobreza na nossa Diocese e que se vá ao seu encontro, através das pessoas e das instituições. Esse será o nosso título de glória: fazer dos pobres o nosso tesouro.

A Igreja neste tempo

18. A Igreja vive e realiza a sua missão, não numa situação ideal, mas num tempo concreto, a sociedade actual, com as suas características muito marcadas, como vimos, pela mutação cultural. Embora a relação primordial da Igreja seja com a sociedade, a quem é enviada, ela não coincide com a sociedade. Esta é plural, variada, aceitando cada vez mais dificilmente qualquer primazia da Igreja, quer na afirmação dos valores morais, quer mesmo na proposta da verdade. A Igreja mestra da verdade, princípio que inspirou, durante séculos, a relação da Igreja com a sociedade, é cada vez menos aceite. O mais claro e essencial do seu Magistério é facilmente relegado para o nível da opinião. Duas

atitudes da Igreja são, hoje, melhor aceites: a generosidade do serviço, sobretudo dos mais pobres, e a força do testemunho.

Neste quadro, a Igreja não deve relacionar-se com a sociedade em termos de poder. A sua autenticidade cristã e a consciência viva da missão são as atitudes que devem prevalecer na relação da Igreja com a sociedade. A sua mensagem é de esperança e de salvação, e a sua vivência sincera do Evangelho e do amor fraterno são forças humanizantes de toda a sociedade.

Hoje há uma fronteira de tensão entre a Igreja e a sociedade na afirmação dos valores morais, inspiradores da dignidade do homem e do sentido último da existência humana. A sociedade pressiona a Igreja para que adopte a sua dimensão secular de valores, evolutiva e pouco sensível à dimensão perene da vida humana. Esta tensão faz-se sentir mesmo entre os cristãos. Os valores da Igreja não são os da sociedade; são inspirados no Evangelho e na dignidade do homem restaurada em Jesus Cristo. É certo que os valores que a Igreja defende não são apenas os valores religiosos, mas também os valores universais humanos, a que a vivência cristã acrescentará profundidade e radicalidade. Quando a Igreja se bate pela defesa desses valores, como, por exemplo, a dignidade inviolável da pessoa humana, a defesa da vida, desde o seu início até à morte natural, a defesa da estabilidade da família, a Igreja não o faz por serem valores estritamente religiosos, mas por serem valores universais humanos profundamente radicados nas tradições culturais da humanidade. Há um combate inevitável na defesa desses valores e esse combate a Igreja trava-o porque é um combate pelo futuro do homem.

Mas a força da Igreja é a vivência coerente desses valores, a conversão é exigência contínua, o anúncio do Evangelho e de toda a doutrina cristã acerca do homem em sociedade é desafio a aceitar continuamente. A Igreja não exige que os poderes públicos protejam ou imponham os seus valores específicos. Mas espera que esses mesmos poderes defendam e promovam tais valores universais. E nesse campo, frente a esses poderes, a Igreja tanto pode ser força de colaboração como voz de denúncia.

No nosso caso nunca podemos esquecer que os membros da Igreja são parte significativa da sociedade, o que faz com que os desvios desta signifiquem também fragilidade da própria Igreja. Esta deve estar atenta aos dinamismos positivos que surgem na sociedade e reconhecer a convergência entre esses dinamismos e a missão da Igreja. É o que significa o desafio lançado pelo Concílio, de ler continuamente “os sinais dos tempos” e de identificar neles portas abertas ao Reino de Deus. Também assim a Igreja realizará a sua missão na sociedade, de a ir transformando pelo anúncio da mensagem de Jesus Cristo.

A Igreja e o Estado

19. O Estado é uma estrutura ao serviço da sociedade, mas também não se identifica com ela. Qualquer tentativa de identificação entre o Estado e a sociedade é génese de poder ditatorial, anti-democrático. Cada um na sua esfera específica, a Igreja e o Estado têm em comum o estarem ao serviço da sociedade. Os pontos de convergência e de possível colaboração entre o Estado e a Igreja, procurando o bem-comum, são de assumir positivamente pelo Estado e pela Igreja. Esse é o espírito da Concordata recentemente celebrada entre a Santa Sé e o Estado Português.

A sociedade portuguesa é uma sociedade democrática, regida pela Constituição, que obriga toda a sociedade e, por conseguinte, também a Igreja. Esta respeita a Constituição, reconhece que ela se aplica a todos os

portugueses e respeita e colabora com todos os órgãos do Estado legítimos, isto é, constituídos segundo as normas constitucionais.

Lembro aos cristãos da Diocese de Lisboa que a Igreja aceita as principais características de que se reveste, hoje, o Estado democrático:

* **A sua laicidade.** Longe vão os tempos em que o Estado português se afirmava como católico e reconhecia no catolicismo a sua religião. A sociedade é plural do ponto de vista religioso e, por isso, o Estado não pode ter religião, respeita todas, reconhece-lhe os seus direitos, e reconhece também os que não têm religião. A **laicidade** afirma-se, assim, como uma neutralidade em matéria religiosa, neutralidade que exige também que a não religião ou o laicismo não se transformem em doutrina do Estado.

* **A separação entre a Igreja e o Estado.** É uma exigência da laicidade e pôs termos à mistura de esferas, frequente no estatuto de Estado confessional. “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, ensinou Jesus (Mt. 22,21). As únicas áreas de convergência, que não podem ser de confusão, entre a acção da Igreja e do Estado, são o serviço da sociedade e a busca do bem-comum. Embora a Lei de 1911 fosse uma má Lei, a Igreja aceita e respeita este estatuto de separação.

* **A sua democraticidade.** O Estado Português é democrático. As regras da democracia participativa repercutem-se no Estado, quer na sua composição, quer na definição e exercício dos seus poderes. A sociedade democrática, na qual a Igreja se integra, é o sujeito supremo dessa definição. No que aos órgãos eleitos diz respeito, é a sociedade no seu todo, na pluralidade da sua realidade, que os elege. Os católicos devem assumir a responsabilidade cívica de participarem conscientemente nessa eleição. O único caminho democraticamente legítimo de a Igreja influir nas estruturas do Estado é a participação consciente dos membros da Igreja nos processos democráticos. A Hierarquia respeita a pluralidade de opções partidárias por parte dos católicos. Deve entretanto ajudá-los a formar a sua consciência cívica e a visão dos problemas da sociedade em chave cristã. Também aqui o caminho da Igreja é a evangelização, em ordem a uma visão de todas as coisas iluminada pela fé. A Hierarquia não deve intervir no processo democrático com os métodos do confronto. Os católicos sim, esses podem e devem fazê-lo.

20. A Constituição do nosso Estado democrático garante à Igreja as condições fundamentais para o exercício da sua missão:

* **A liberdade de consciência,** cujo âmbito é mais vasto que a prática de uma religião e que garante que nenhum cidadão pode ser violentado na sua consciência, quer pelas leis, quer pela prática processual da governação.

* **A liberdade religiosa e de culto.** No que à Igreja Católica diz respeito, esta liberdade nunca esteve em questão. Ela deve incluir, e isso está explicitamente expresso na Concordata, a liberdade de exercer a sua missão, que não se reduz ao culto. Mas a natureza da missão da Igreja na sociedade é a Igreja que a define e não o Estado. Neste aspecto podem surgir divergências, pois há quem considere intervenção política da Igreja ou exigência de privilégios, o

que na nossa óptica é apenas exercício da missão da Igreja e que, segundo o Concílio, pode incluir, em certos casos, a denúncia da forma como o poder político é exercido.

Todos os “dossiers” presentemente em análise no diálogo da Hierarquia com o Governo Português, dizem exactamente respeito às condições dadas à Igreja para o exercício da sua missão: é o caso das capelanias, hospitalares e prisionais, nas forças armadas e de segurança, o ensino da religião nas escolas públicas, a escola católica.

Neste diálogo, a Igreja não reivindica privilégios, mas reconhecimento da sua missão e espaço de liberdade. Temos consciência de que em democracia os valores fundamentais são a competência, a disposição para servir e o diálogo. Este deve ser persistente, competente, aberto às razões dos interlocutores. É o espaço da insistência e da persuasão. A Hierarquia católica não segue normalmente o caminho de pressionar o Estado na praça pública, embora esse seja um meio utilizado em democracia por outras forças sociais.

O quadro legal das relações da Igreja com o Estado

21. Além da Constituição, o principal instrumento legal é a Concordata celebrada entre o Estado Português e a Santa Sé. Para as outras confissões religiosas existe a **Lei da Liberdade Religiosa**. Tem-se verificado ultimamente, a tendência de reger à base desta Lei as relações da Igreja Católica com o Estado. Assim seria se não houvesse Concordata. E esta foi tão querida pelo Estado como pela Igreja. Instituto legal de grande tradição na História de Portugal, praticamente desde o início da nacionalidade, decorre das relações bilaterais entre o Estado Português e a Santa Sé tendo, por isso, o estatuto de Tratado Internacional, reconhece a internacionalidade da Igreja Católica e tem em consideração a presença particularmente significativa da Igreja Católica em Portugal, quer pelo número de fiéis, quer pela quantidade de serviços que a Igreja presta à sociedade. É por isso que a actual Concordata consagra o princípio da cooperação entre a Igreja e o Estado, ao serviço da sociedade, e que preside a todo o articulado do documento.

A Concordata de 2004, tal como já tinha acontecido com a de 1940, precisa de legislação complementar da competência da Assembleia da República ou do Governo, através de Decretos-Lei, processo agora em curso e que deve respeitar o espírito inspirador de toda a Concordata. Enquanto esses novos diplomas não entrarem em vigor, a actual legislação aplicativa da Concordata de 1940, nos assuntos que permanecerem na presente Concordata, continua válida. Isso decorre de um princípio legal, segundo o qual as leis só cessam quando são explicitamente revogadas por quem de direito ou substituídas por outras que as revogam. Este princípio foi explicitado e aceite como garantia, pela Comissão negocial e pelo Governo de então. Não há vazio legal nem espaço para as ambiguidades que têm surgido, aqui e acolá, nas diversas estruturas do Estado.

O desafio da santidade

22. Neste tempo e em todos os tempos, o grande desafio posto à Igreja é o da santidade e esta tem na identificação com Cristo, o grande Servo e nosso Bom Pastor, o seu princípio. A Igreja é Santa porque participa da santidade de Jesus Cristo. Torná-l'O presente, proclamar a Sua Palavra, deixar-se conduzir por Ele, fazer com Ele a caminhada da vida, manifestar em nós o Seu poder de salvar e de transformar, eis o desafio da Igreja. Jesus Cristo é a verdade da Igreja, a sua força e a sua promessa.

Lisboa, 18 de Maio de 2008, *Solenidade da Santíssima Trindade, Dia da Igreja Diocesana*

† JOSÉ, Cardeal-Patriarca